

<p>Pede deferimento,</p> <p>Terras de Bouro, ____ de _____ de 20 ____</p> <p>O requerente,</p> <p>_____</p> <p>B.I/C.C _____ emitido/válido até ____/____/____ Arquivo _____</p> <p>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</p>	<p>Reservado aos Serviços</p> <p>Registo n.º: _____</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>O Funcionário,</p> <p>_____</p>
<p>Ato pago ao Município, nos termos da tabela de taxas e licenças em vigor, através da:</p> <p>Guia de Receita n.º _____, emitida em ____/____/____</p>	

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.